

Subsecretaria de Análise
S. F.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXI — Nº 137

SEXTA-FEIRA, 22 DE OUTUBRO DE 1976

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, José de Magalhães Pinto, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 79, DE 1976

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.476, de 20 de agosto de 1976.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.476, de 20 de agosto de 1976, que suspende, até o final do corrente exercício, a vigência das normas legais e regulamentares autorizativas de destinações especiais dos resultados atribuíveis à União nas empresas públicas e sociedades de economia mista federais.

Senado Federal, 21 de outubro de 1976. — Senador José de Magalhães Pinto, Presidente.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 190.ª SESSÃO, EM 21 DE OUTUBRO DE 1976

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Requerimento

N.º 552/76, de autoria do Sr. Senador Otair Becker solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, Dr. Arnaldo Prieto, por ocasião da abertura do XV CONPAT (Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho), em Belo Horizonte — MG, no dia 10 do corrente.

1.2.2 — Discursos do Expediente

SENADOR OTTO LEHMANN — Centenário de nascimento de Altino Arantes.

SENADOR HEITOR DIAS — Prossseguimento das obras de duplicação da pista da estrada Bahia-Feira. Indicação da Câmara Municipal de

Santo Amaro da Purificação — BA, no sentido da construção de variante no entroncamento de Geari — Santo Amaro, para propiciar maior segurança ao tráfego de veículos.

SENADOR MENDES CANALE — Inauguração da rodovia Cuiabá—Santarém.

SENADOR DIRCEU CARDOSO — Falecimento do Sr. João Guarçoni.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei do Senado n.º 102/75, Complementar, do Sr. Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre a obtenção de empréstimo simples pelos servidores públicos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público. Votação adiada por falta de quorum.

— Requerimento n.º 510/76, do Sr. Senador Mauro Benevides, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do relatório divulgado pelo Bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hipólito,

sobre o atentado de que foi vítima e da nota da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil a respeito do mesmo atentado. Votação adiada por falta de quorum.

— Requerimento n.º 532/76, do Sr. Senador Accioly Filho, solicitando sejam anexados aos Projetos de Lei do Senado n.ºs 88, 179, 253, 259, 264 e 268, de 1975; e 72, 81 e 126, de 1976, que já tramitam em conjunto, os de n.ºs 207 e 232, de 1976, dos Srs. Senadores Roberto Saturnino e Fausto Castelo-Branco, que dispõem sobre a legislação do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza. Votação adiada por falta de quorum.

— Requerimento n.º 550/76, do Sr. Senador Benjamim Farah, solicitando autorização do Senado para aceitar missão do Executivo, como integrante da Delegação Brasileira à Assembléa-Geral da Organização das Nações Unidas. Votação adiada por falta de quorum.

— Requerimento n.º 551/76, do Sr. Senador Fausto Castelo-Branco, solicitando autorização do Senado para aceitar missão do Executivo, como integrante da Delegação Brasileira à Assembléa-Geral da Organização das Nações Unidas. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado n.º 142/76, do Sr. Senador Nelson Carneiro, que regula a indenização à dependente, e dá outras providências. Votação adiada por falta de quorum.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR DIRCEU CARDOSO — Aduzindo novas considerações sobre irregularidades que teriam ocorrido na aquisição pela COHAB-ES, de terrenos para loteamento urbano no Município de Vila Velha, naquele Estado.

SENADOR JESSÉ FREIRE — Temário do Painel sobre o Desenvolvimento Social do Nordeste, promovido recentemente pela Confederação Nacional do Comércio, na Cidade do Rio de Janeiro-RJ.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Considerações sobre o Decreto-Lei n.º 1.478, de 26 de agosto de 1976, que altera a política de incentivos fiscais, constante da Ordem do Dia da sessão do Congresso Nacional convocada para hoje, às 18 horas e 30 minutos.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — ATO DO PRESIDENTE DO SENADO

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 190.ª SESSÃO, EM 21 DE OUTUBRO DE 1976

2.ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8.ª Legislatura

PRESIDENCIA DOS SRS. MAGALHÃES PINTO E MARCOS FREIRE

AS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — José Guiomard — Evandro Carreira — José Esteves — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Fausto Castelo-Branco — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Jessé Freire — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Arnon de Mello — Augusto Franco — Heitor Dias — Dirceu Cardoso — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Lázaro Barboza — Italívio Coelho — Mendas Canale — Saldanha Derzi — Otair Becker — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 29 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N.º 552, DE 1976

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 233 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro transcrição nos Anais desta Casa, do discurso proferido pelo Excelentíssimo Ministro do Trabalho, Doutor Arnaldo Prieto, por ocasião da abertura do XV CONPAT (Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho), em Belo Horizonte-MG, no dia 10 do corrente.

Sala das sessões, 21 de outubro de 1976. — Otair Becker.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — De acordo com o art. 233, § 1.º, do Regimento Interno, o requerimento será submetido ao exame da Comissão Diretora.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Otto Lehmann.

O SR. OTTO LEHMANN (ARENA — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

São Paulo está comemorando, atribuindo-lhe o destaque a que faz jus, o centenário de nascimento de Altino Arantes, homem público, administrador e intelectual, que honrou o seu Estado através de toda uma experiência a ele dedicada. Em Porto Feliz, Ribeirão Preto, Batatais, Altinópolis, além da capital paulista, tiveram lugar diferentes manifestações que evocaram a personalidade do ilustre político, que se desdobrava em defensor do Direito e escritor de talento. Nem poderia ter sido diferente. A figura discreta de Altino Arantes é demasiado rica de conteúdo humano, para que a efemeride passe despercebida. Debaixo de suavidade de maneiras e do trato afável, a energia do caráter se afirmava contudo sem timidez. Deu provas disso, nos diversos cargos que ocupou na sua trajetória política, que se iniciou em 1906 e só se encerraria, depois de um parentese de alguns anos, em 1950.

Altino Arantes nasceu a 29 de setembro de 1876, na região da Alta Mogiana, em Batatais, cidade onde estudaria as primeiras letras. O curso secundário lhe

foi ministrado em Itu, como interno dos Jesuítas, no Colégio de São Luís, já então gozando excelente reputação. Faria em seguida o seu Direito, naturalmente, na Faculdade tradicional do Largo de São Francisco paulistano, de onde saiu bacharel em 1895. Foi abrir banca de advogado no Interior, defendendo causas em Batatais, em Franca, em Ribeirão Preto. Na cidade natal, redigiria — com Washington Luís e Celidônio Reis — uma folha pouco conformista, "A Lei", que marcou época.

Em 1906, entrava, pela mão de Francisco Glicério, e apoiado pelos diretórios perrepiistas da Mogiana, no âmbito da política federal. Deputado por São Paulo no Congresso, conquista o seu lugar ao sol em meio a pléiade de jovens políticos que enchem de esperança os reformistas. Intervém, com freqüência, nas discussões, afirmando-se como um dos membros mais ativos da Comissão de Finanças. É assim chamado (estamos em 1911) para ocupar a Secretaria do Interior de São Paulo, no período final do governo Albuquerque Lins. Este é substituído por Rodrigues Alves, que mantém Arantes nesse posto durante todo o seu quatriénio estadual (1912-1916). A competência do Secretário do Interior, ligada ao tino político inato, fizeram-no natural candidato à vice-presidência do Estado no quatriénio seguinte. A morte inesperada do candidato que deveria suceder a Rodrigues Alves na governança do Estado — Rubião Júnior — precipita os acontecimentos. Altino Arantes, apesar da pouca idade, segundo os critérios do tempo (completara então quarenta anos) é apresentado candidato oficial do Partido Republicano Paulista e eleito.

Não foram fáceis os anos de sua presidência. A guerra mundial, na qual em breve se envolveria também o País, os problemas da produção e exportação do café em tempo de calamidade pública, o eclodir dos problemas sociais e da luta de classes na capital que se industrializa rapidamente, a epidemia gripal de 1918-1919, são os quatro gravames decisivos que pesam sobre o seu período de governo. Despreparados para combater esses problemas candentes, Altino Arantes e sua equipe de trabalho terão que enfrentá-los com os meios de que dispõem.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. OTTO LEHMANN (ARENA — SP) — Com muita honra.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Nobre Senador Otto Lehmann, desejo associar-me, em nome da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, à homenagem justíssima que V. Ex.^a presta, nesse instante, à memória do grande brasileiro que foi Altino Arantes. Como governador íntegro, parlamentar brilhante, homem público sem mácula, Altino Arantes projetou-se, diante da comunidade pátria, exatamente como um cidadão de conduta exemplar e por isso merece hoje, no transcurso do seu centenário, a nossa admiração, o nosso apreço e a nossa saudade.

O SR. OTTO LEHMANN (ARENA — SP) — Agradeço, nobre Senador Mauro Benevides, a intervenção de V. Ex.^a, porque, na verdade, Altino Arantes, sendo uma das figuras marcantes da política de São Paulo, era, por isso mesmo uma expressão igualmente de prol da política nacional.

O seu esforço é enérgico e prova a fibra forte do governante. O seu amor às liberdades civis faz com que elas sejam respeitadas, mesmo nos momentos mais difíceis, sem prejuízo da ordem pública e da segurança de cada um.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. OTTO LEHMANN (ARENA — SP) — Ouço V. Ex.^a, com a simpatia de sempre.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Senador Otto Lehmann, ouvimos de V. Ex.^a, há pouco, um magnífico discurso, que assinalava o transcurso do sesquicentenário da fundação dos cursos jurídicos do País, no qual V. Ex.^a citou a larga contribuição paulista às letras jurídicas e a política de nosso Brasil. Hoje, ouvimos este discurso, em que V. Ex.^a traz, para a Casa, a figura nobilitante e inesquecível de Altino Arantes, jurista, literato e intelectual paulista, que a política recrutou nos anos de sua vida. Devo dizer a V. Ex.^a que conheço o trabalho de Altino Arantes sobre Anchieta, em que versa com mestria, equilíbrio, a figura lendária daquele santo precursor de nosso desbravamento. E é com satisfação que desejo solidarizar-me com V. Ex.^a, quando ressalta, para o Senado, a personalidade ilustre desse político que chegou a candidato a Vice-Presidente da República, e foi governador de São Paulo, onde deixou marcas indestrutíveis de seu caráter, de sua cultura, de sua visão, de seu patriotismo. Portanto, a minha solidariedade a esse notável discurso com que V. Ex.^a vem assinalando a sua passagem nesta Casa, relatando, de São Paulo, essas figuras nobilitantes da sua vida pública, especialmente Altino Arantes, uma das eminências do antigo PRP, esse Partido que foi um viveiro de estadistas e de homens públicos.

O SR. OTTO LEHMANN (ARENA — SP) — Sensibilizou-me muito, sobre Senador Dirceu Cardoso, ouvir o aparte de V. Ex.^a. Como Representante de São Paulo, confesso que me agrada essa solidariedade, porque revela que um ilustre paulista, realmente, conseguiu notável projeção nacional. Quanto às palavras que V. Ex.^a dirige a mim, sempre tão amigas e cordiais, eu as agradeço, reafirmando a amizade que lhe dedico.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Muito justas.

O SR. OTTO LEHMANN (ARENA — SP) — Muito obrigado.

Deputado Federal de 1921 a 1930, cairia no ostracismo com a revolução daquele ano. Em 32, levantar-se-ia com São Paulo, resultando disso exílio na Europa. Volta-se então, com maior calma, para as lides intelectuais. Publica, em 1934, "Anchieta, Missionário e Santo"; em 1939, "O Pan-americanismo e a Conferência de Lima"; em 1943, "Rodrigues Alves, Político e Administrador". Participa ativamente da Academia Paulista de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, ambas associações que presidirá. Constituinte de 1946, candidato à Vice-Presidência da República em 1950, faleceria, pouco antes de completar os 90 anos de idade, a 5 de julho de 1965.

Guardem, pois, os Anais do Senado, esta breve evocação desse homem bom, de que São Paulo e o Brasil se podem orgulhar, por ocasião do primeiro centenário da sua vinda ao mundo.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A Mesa associa-se às homenagens prestadas pelo Plenário, pelos dois Partidos, à memória do grande brasileiro, paulista, Altino Arantes.

Concedo a palavra ao nobre Senador Heitor Dias.

O SR. HEITOR DIAS (ARENA — BA) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Quem acompanha o desenvolvimento nacional conhece quando não de visita, mas de nome — a

grande cidade de Feira de Santana, que, pelo seu progresso econômico, político e administrativo deixou de figurar apenas no mapa para entrar também na história da Bahia, fazendo jus à fama que desfruta.

O intercâmbio de natureza econômica que se processa naquela cidade, há muitos e muitos anos, é que deu nome ao Município. Ficou este conhecido por Feira de Santana. E tal é o seu movimento que se tornou um pólo de atração para as grandes transações comerciais que se realizam naquele Estado.

Compreendendo as razões que prevaleciam — e que prevalecem ainda hoje — no que diz respeito à intensidade do trajeto, é que há muitos anos se pensou, quando da construção da Rodovia Bahia-Feira, em fazê-la com pista dupla. A realização desse objetivo, porém, foi retardada por muito tempo. Somente no Governo Médici, tendo à frente do Ministério dos Transportes a figura dinâmica do Coronel Mário Andreazza, é que se realizou uma grande parte do velho sonho.

O trabalho, entretanto, não chegou a termo, porque teve de ser interrompido a certa altura, nas imediações do entroncamento para Candeias. Mas o interesse da Bahia permanece. Interesse que se transforma em reivindicação justíssima, tal o número de desastres que, diariamente, ocorre naquela rodovia, exatamente no percurso em que não se efetuou a duplicação da estrada. Essa estrada, que poderia ser apenas um braço estendido para a condução do progresso, tem-se transformado em verdadeiro itinerário de perigos, pelos desastres constantes que ali se verificam.

Por esse motivo Sr. Presidente, Srs. Senadores, testemunha do estado de espírito da gente baiana e atento às reclamações e aos apelos da população, venho formular, unindo a minha voz às dos outros que já se fizeram, naturalmente, ouvir, um veemente apelo no sentido de que o Governo Federal, através do Ministério dos Transportes, ora entregue à dedicação e ao espírito público do General Dyrceu Nogueira, continue os trabalhos de duplicação da pista, do ponto em que se encontra, até, pelo menos, Feira de Santana.

Cumpre ainda assinalar que essa rodovia, em alguns pontos do seu percurso, apresenta ramificações que a ligam a outras cidades, e pela precariedade dos trabalhos até agora executados, tem determinado, também, nos pontos de entroncamento, um grande número de acidentes, como se observa, por exemplo, nas proximidades da vicinal que leva ao próspero Município de São Sebastião, e logo mais adiante, em Geari, quando se atinge a variante para a tradicional Cidade de Santo Amaro da Purificação.

Tudo nos leva, pois, a formular um apelo especial ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de que não seja a Estrada Bahia-Feira incluída entre as obras que devam ter a execução retardada, mas, ao contrário, em vez de suspensa, passe a ter execução acelerada.

Em abono, quero trazer ao conhecimento da Casa e, por seu intermédio, ao próprio titular do Ministério dos Transportes e ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o apelo formulado pela Câmara de Vereadores de Santo Amaro, através de uma Indicação votada pela unanimidade de seus membros, no sentido de que, no entroncamento Geari-Santo Amaro da Purificação, seja feita, mesmo a título precário, uma variante, numa extensão máxima de 800 metros, em ordem a contribuir para a segurança dos que trafegam naquele sentido, com o que se evitaria a perda de vidas, com um ponto

final nos desastres que ali freqüentemente se verificam.

Este apelo, Sr. Presidente, eu o faço cumprindo, não somente o meu dever de Senador, mas também o que diretamente me cabe, como representante do povo da Bahia e, de modo muito particular e efetivo, do povo de Santo Amaro, a minha cidade natal que entrou na Geografia pelas mãos da História. (Palmas. Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mendes Canale.

O SR. MENDES CANALE (ARENA — MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ontem, em solenidade presidida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, foi entregue ao tráfego trecho da Rodovia 163, compreendido entre a Capital do meu Estado e Santarém, no Pará.

A solenidade de inauguração desse trecho, que contou com a presença de S. Ex.^{as} os Srs. Ministro do Exército, Ministro dos Transportes, Ministro Chefe do Gabinete Militar, bem como de S. Ex.^{as} os Srs. Governadores dos Estados do Pará e de Mato Grosso, realizou-se no trecho, no Estado do Pará, conhecido como Cachoeira do Curuá.

A nova rodovia situa-se no eixo da BR-163, partindo da Capital do Estado de Mato Grosso, estabelecendo um elo, por estradas asfaltadas, com os principais centros de produção e consumo do País, alcançando Santarém, na confluência dos rios Tapajós e Amazonas.

A Rodovia Cuiabá-Santarém é parte integrante de grande via longitudinal, que parte de São Miguel do Oeste, em Santa Catarina, e alcança Tiriós, no Pará, junto à fronteira com Suriname.

A ligação terrestre entre Cuiabá e Santarém era um velho sonho, com 132 anos de existência, e só em 1970 o Governo decidiu ocupar o grande vazio existente na região banhada pelos rios Xingu e Tapajós. Previu-se a abertura da rodovia, cuja construção foi delegada ao então 2.^º e 3.^º Batalhões Rodoviários que partiram, respectivamente, de Lages (SC) e Cazazinho (RS), para se instalar em Santarém e Cuiabá, com as novas denominações de 8.^º e 9.^º Batalhões de Engenharia e Construção.

Do lado de Mato Grosso, a BR-163 tem sido uma via de penetração para grandes projetos agropecuários e de colonização, que, no momento, parecem considerar mais importante a ligação com o Centro-Sul do País do que com um porto amazônico de saída para o Oceano Atlântico, a quase 800 quilômetros de distância. Nesse trecho, há pelo menos 35 fazendas com áreas de 20 mil a mais de um milhão de hectares e 10 núcleos de colonização, predominando uma frente econômica empresarial comandada por grupos particulares.

O trecho Santarém até o entroncamento com a Transamazônica acabou sendo mais influenciado pelo tipo de colonização dirigida, comandada pelo INCRA, pequenos proprietários conseguiram instalar alguns lotes em áreas que não foram absorvidas pela Floresta Nacional de Tapajós (500 mil hectares), criada em 1973, quando a ocupação da região já estava em curso.

Atravessando uma região de terras férteis, muitos minérios e floresta rica, a Cuiabá-Santarém já era importante mesmo antes de ter sido concluída.

A construção, que durou 2.239 dias, foi entregue, por delegação do DNER, ao BEC — Batalhão de Engenharia e Comunicação do Exército — por convênio firmado em 10 de setembro de 1970. Foram designados então, pelo BEC, o 8.º e o 9.º Batalhões de Engenharia e Construção para executarem os serviços. Ao 9.º BEC coube a ligação Rio Lindemberg—Cuiabá, com 999 quilômetros, e ao 8.º BEC o trecho Santarém—Rio Lindemberg, com 755 quilômetros.

O Sr. Heitor Dias (ARENA — BA) — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MENDES CANALE (ARENA — MT) — Com muito prazer, ilustre Senador Heitor Dias.

O Sr. Heitor Dias (ARENA — BA) — Sabe V. Ex.^a que, há muitos anos, um ilustre Presidente da República dizia que governar era abrir estradas. O pensamento de S. Ex.^a há de ser compreendido no seu verdadeiro significado: o que ele quis dizer, precisamente é que governar é integrar a Nação, é assegurar-lhe os meios de transporte para que o povo possa, numa intercomunicação constante, estar em uma comunhão de pensamentos, de idéias, com todos os patrícios e, ao mesmo tempo, abrir caminhos para a construção do progresso e do desenvolvimento nacional. Tomei conhecimento da inauguração dessa importante rodovia e se não me impressionei com a sua quilometragem, fiquei bem atento à indicação dos pontos de contato, ou seja, a futura ligação com Santa Catarina, o que vale dizer, o Sul em vinculação com o Norte. Mas quando tudo isso não bastasse para assinalar essa importante obra do Governo, e dos propósitos da Revolução que está sempre atenta na preparação da estrutura deste País, a inauguração dessa estrada, ou, mais precisamente, a sua construção, nos leva a uma outra observação mais importante: a contribuição expressiva que a ela trouxe o Exército Brasileiro, numa demonstração de que o seu trabalho não se limita às atividades da caserna mas, ao contrário, se estende a maior campo numa colaboração objetiva da mais alta importância para o desenvolvimento do País. Isso mostra não somente o progresso material do Brasil mas por igual o próprio desenvolvimento das nossas instituições entre as quais estão as nossas Forças Armadas, que por isso mesmo, fazem jus ao nosso apreço e ao respeito de toda a Nação. Associo-me ao discurso de V. Ex.^a, pela maneira como trata, objetivamente, de uma realização que se reflete tão positivamente nos interesses de nossa Pátria.

O SR. MENDES CANALE (ARENA — MT) — Agradeço a V. Ex.^a, ilustre Senador Heitor Dias, a sua intervenção que não só honra sobremaneira o meu pronunciamento como enfoca, de um lado, aquilo que de fato representa uma das linhas também por nós enfocada que é a que se relaciona com a parte sócio-econômica dessa rodovia, mas — lembra bem V. Ex.^a a participação do Exército Nacional na construção dessa rodovia. Quero aqui, aproveitando a oportunidade, e prestando mais um depoimento a esta Casa, dizer que para nós, em Mato Grosso, não é este o primeiro trabalho realizado pelo Batalhão de Engenharia do Exército; Mato Grosso sempre contou com a colaboração dos Batalhões rodoviários, quer na Região Norte do Estado, pela antiga CR-5, como na Região Sul, também pela antiga CR-3, que deram muito de si e, hoje, ainda continuam dando, num trabalho entrosado entre o Governo do Estado de Mato Grosso e o Exército Brasileiro.

O Sr. Heitor Dias (ARENA — BA) — E se me permite, eu acrescentaria, também, a Bahia na relação dos Estados beneficiados com a colaboração desses Batalhões. Muito obrigado.

O Sr. Italívio Coelho (ARENA — MT) — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MENDES CANALE (ARENA — MT) — Ouço com grande satisfação o ilustre Senador Italívio Coelho.

O Sr. Italívio Coelho (ARENA — MT) — Estou ouvindo o discurso de V. Ex.^a, que diz respeito, de perto, às Bancadas de Mato Grosso e, evidentemente, do Pará, mais de Mato Grosso, porque nós só podemos nos sentir honrados em sermos ligados diretamente àquele grande Estado do Norte do Brasil. V. Ex.^a conhece Mato Grosso tão bem quanto eu e sabe do valor inegável dessa rodovia para o Estado e para o Brasil. Trata-se da mais longa rodovia brasileira, que é a "Rodovia Filinto Müller". Se não me engano, em 1974 o Congresso Nacional votou uma lei dando a essa rodovia — que sai de São Miguel, no Sul do Brasil, para o Estado do Pará, passando pelo Sudoeste mato-grossense pela cidade de Campo Grande com Rondonópolis, por Cuiabá, indo a Santarém, — o nome de Rodovia Filinto Müller. Estranhei, mesmo, não ter visto nenhuma vez na imprensa nem nos noticiários referência à inauguração do trecho parcial de 1.777 km, da Rodovia Filinto Müller, rodovia realmente nacional. Desejo aproveitar para enfatizar a extraordinária necessidade do prosseguimento do programa rodoviário nacional. S. Ex.^a o Sr. Senador Heitor Dias referiu-se ao slogan do Governo Washington Luis, aquele valoroso Presidente de origem política paulista, que dizia que governar é abrir estradas. Depois, um outro homem, de vida pública antagônica ao mesmo, o saudoso Presidente Getúlio Vargas, dizia para os brasileiros: "A Marcha para o Oeste". Duas expressões complementares, duas expressões que nos levaram à fundação de Brasília, à ocupação do cerrado, à ocupação do Sul e do Oeste de Mato Grosso, que nos levaram inclusive a observar, ontem, de um diretor do Banco do Brasil, — Casa que se prepara para inaugurar a milésima agência do interior do Noroeste Brasileiro, do noroeste mato-grossense, que é Barra do Bugre, no dia 5 de novembro, — a sua admiração, ao sobrevoar aquela região, lá em Roraima. Encontrou uma cidade desconhecida, uma cidade, diz ele, com 53 mil habitantes. Preocupadíssimo está esse ilustre diretor em abrir, ali imediatamente, uma agência do Banco do Brasil, para dar assistência creditícia àquela população que desbrava um setor importante do solo brasileiro. No mesmo sentido — veja V. Ex.^a — o Senador Heitor Dias pronunciou um discurso há poucos minutos, referindo-se também, à necessidade da complementação da rodovia a Feira de Santana. Ele referiu-se a um problema que é comum para todos nós, de Mato Grosso, porque sempre que se abre uma rodovia, ela não passa no centro da cidade, mas na periferia, distante alguns quilômetros, e surge o problema da ligação asfáltica da unidade municipal com a rodovia. E o município nunca tem recursos. Julgo de toda conveniência que se inclua, definitivamente, no programa do DNER a obrigatoriedade da ligação asfáltica das cidades às rodovias que passam nas suas proximidades, porque o problema é permanente e é comum a todas as regiões. Solidarizo-me com V. Ex.^a por se referir e examinar o significado da inauguração da Rodovia Cuiabá—Santarém ou seja, Rodovia Filinto Müller e espero que ela seja o marco de continuação da atividade do setor de construções de estradas de rodagem, para que possamos, brevemente, assistir à inauguração de outros trechos da BR-60, que nos ligará daqui a Campo Grande, assim como a Rodovia a que V. Ex.^a se referiu, construída, também, pela CR-5, até a fronteira do Paraguai, no Município de Bela Vista. Muito obrigado.

O SR. MENDES CANALE (ARENA — MT) — Sou muito grato a V. Ex.^a, meu prezado colega, Sr. Se-

nador Italívio Coelho, e incorporo, com satisfação e muita honra, o seu aparte ao meu discurso.

O Sr. Saldanha Derzi (ARENA — MT) — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MENDES CANALE (ARENA — MT) — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Saldanha Derzi (ARENA — MT) — Nobre Senador Mendes Canale, estamos ouvindo com atenção o oportuno discurso de V. Ex.^a, ao transmitir à Nação a satisfação de Mato Grosso e de todo o Brasil, pela conclusão e inauguração da BR-163, no trecho de Cuiabá a Santarém. Era um velho sonho do nosso ex-Governador, desde o seu primeiro mandato, ex-Senador Fernando Correia da Costa, que sempre pregou a este Brasil que a conquista da Amazônia, a integração da Amazônia, tinha que ser do seco para o molhado, através da construção da Cuiabá—Santarém. Hoje, felizmente para o Brasil, esse sonho se realizou, porque, realmente, é uma obra de grande alcance para toda a nossa Pátria. É uma obra de integração da Região Amazônica, como lembra V. Ex.^a, porque em 1939, na Segunda Grande Guerra Mundial, a Amazônia estava completamente isolada do resto do Brasil, e tínhamos dificuldades até de abastecimento daquelas regiões, quando vários dos nossos navios foram torpedeados no Atlântico, exatamente porque não tínhamos uma comunicação interna através de estradas de rodagem. Hoje temos duas: essa extraordinária Belém—Brasília, que já deu os seus frutos de desenvolvimento, de integração daquela região, e que hoje vem se complementar com a Cuiabá—Santarém. Portanto, realmente, trata-se de uma estrada de grande significação não só para a Amazônia e para Mato Grosso como, também, para todo o Brasil. E quis a Bancada de Mato Grosso, aqui, no Senado Federal, prestar uma homenagem àquele seu valoroso companheiro e extraordinário e saudoso Senador Filinto Müller, e apresentou um projeto dando o nome de Estrada Filinto Müller à BR-163, que partindo de Santa Catarina atravessa este Brasil todo, corta Mato Grosso de sul a norte e vai terminar lá no Porto de Santarém. É uma homenagem justa que presta a Bancada de Mato Grosso, no Senado Federal, ao Senador Filinto Müller, pelo amor, pelo trabalho, pela dedicação que teve para com nosso Estado. Em verdade, porém, à inauguração dessa estrada, a imprensa não deu a dimensão do valor sócio-econômico que ela representa, não para a Amazônia só, não para Mato Grosso, mas para todo o Brasil; realmente, dela colheremos os frutos do grande desenvolvimento de toda aquela região de Mato Grosso, da Amazônia e Pará, além da integração definitiva da Região Amazônica à nossa querida Pátria. Muito grato a V. Ex.^a

O SR. MENDES CANALE (ARENA — MT) — Veja, meu caro colega Senador Saldanha Derzi, o objetivo nosso, de fazermos chegar ao Presidente da República, ao Ministro dos Transportes, ao Ministro do Exército, enfim, a todos aqueles que colaboraram na construção dessa rodovia os nossos aplausos; e tínhamos também, como objetivo, que um fato de tanta relevância não passasse despercebido e constasse de nossos Anais. E, mais, observe V. Ex.^a assim como os ilustres colegas que me apartearam, que facetas novas, coisas novas foram acrescidas a este nosso pronunciamento, e que ficarão, assim, constando nos Anais do Senado Federal, demonstrando que essa grande rodovia representa, de fato, a aspiração de grande parcela do País e, por que não dizer, de todo o povo brasileiro.

O Sr. Cattete Pinheiro (ARENA — PA) — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MENDES CANALE (ARENA — MT) — Com muita satisfação para nós, Senador Cattete Pinheiro.

O Sr. Cattete Pinheiro (ARENA — PA) — A representação do Pará, por meu intermédio, associa-se à manifestação de V. Ex.^a, ao registrar para a História a inauguração da Rodovia Cuiabá—Santarém. Abre essa rodovia, a mesopotâmia Xingu—Tapajós, a marcha de integração para o desenvolvimento, principalmente, dos nossos dois Estados: Mato Grosso e Pará. Por isso mesmo, não poderia, realmente, como acaba de afirmar V. Ex.^a, deixar de ser destacada nesta Casa a grande obra rodoviária inaugurada, para que no futuro os historiadores possam avaliar as suas repercussões. Ao falar em nome dos representantes do Pará, louvando a iniciativa de V. Ex.^a, quero manifestar, principalmente, a satisfação dos paraenses em darem as mãos aos mato-grossenses a fim de, juntos, conquistarmos mais um pedaço desta grande Nação para o desenvolvimento integrado e para maior felicidade da gente dos nossos dois Estados.

O SR. MENDES CANALE (ARENA — MT) — V. Ex.^a, ilustre colega Senador Cattete Pinheiro, confirma, exatamente, a minha expressão, no que se relaciona ao registro nos Anais desta Casa, e a importância deste registro para a nossa História. E acentua muito bem, interpretando o pensamento dos paraenses, que aqui também falo manifestando o sentimento dos mato-grossenses, desse laço de amizade e de admiração entre brasileiros desses dois grandes Estados, e que agora se estreitam mais, tornam-se mais presentes quando uma rodovia como esta une os nossos Estados, que unidos já se encontravam na luta pelo desenvolvimento nacional.

Agradeço a V. Ex.^a a honra que me confere, através do seu aparte, ao colaborar para o maior enriquecimento deste despretensioso depoimento que fazemos, porém do mais alto sentido porque, de fato, representa o sentimento de uma soma enorme de brasileiros que, quer no Mato Grosso ou no Pará, lutam pelo desenvolvimento da Pátria comum.

Mas, prosseguindo, Sr. Presidente, na discriminação dos trabalhos que foram desenvolvidos naquela rodovia, queremos acentuar que no trecho pertencente ao 8.º BEC trabalharam sete equipes de serviço, formadas por 509 militares, 905 civis, 85 máquinas pesadas e 98 viaturas, enquanto que no trecho Rio Lindemberg—Cuiabá, pertencente ao 9.º BEC, atuaram: 216 militares, 892 civis, 127 máquinas e 160 viaturas.

O Sr. Alexandre Costa (ARENA — MA) — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MENDES CANALE (ARENA — MT) — Com muita honra.

O Sr. Alexandre Costa (ARENA — MA) — Peço aparte a V. Ex.^a para associar-me ao registro que faz desse grande empreendimento há pouco inaugurado pelo Presidente Ernesto Geisel e que foi, como bem diz V. Ex.^a, a concretização de um sonho secular do povo mato-grossense. Congratulo-me, portanto, com V. Ex.^a, e ao fazê-lo estou também me congratulando com o povo de Mato Grosso, com o vosso Estado; mas, não somente com o Estado de V. Ex.^a, também com o Pará, e com o Estado do Amazonas, até há pouco tempo ilhado e que hoje recebe, como o Estado de V. Ex.^a, mais uma ligação na grande malha rodoviária do Amazonas, grande parte já concretizada.

O SR. MENDES CANALE (ARENA — MT) — Muito agradeço a V. Ex.^a, Senador Alexandre Costa, acima de tudo porque o seu depoimento nos é muito

caro, V. Ex.^a representa para nós, nesta Casa, um homem de larga vivência e de conhecimentos nesse setor, como engenheiro que é e, para orgulho nosso, presidente da Comissão de Transportes, nesta Casa.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MENDES CANALE (ARENA — MT) — Com muita satisfação.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Nobre Senador, não posso, de imediato, formar juízo com relação a essa estrada Cuiabá—Santarém. No entanto, se a pusermos em confronto com um elenco de prioridades, chegaremos à conclusão de que ela deveria acontecer depois de efetivarmos outras da mesma importância, mas que já foram há muito tempo terraplenadas, como sói acontecer com a Cuiabá—Porto Velho—Rio Branco—Acre, estrada de suma importância, e que agora, por falta de asfaltamento, está sujeita a interromper todo o intercâmbio entre o Brasil e o Acre, além de toda aquela região setentrional brasileira. E quero adiantar que o Amazonas, em parte, pouco se beneficia com a Cuiabá—Santarém. Acredito que o benefício seja para Mato Grosso e Pará, e, logicamente, para o Brasil, nós receberíamos alguma coisa. Mas, o que nós precisamos no Amazonas, nobre Senador, é o aproveitamento dos nossos rios, antes de mais nada, antes de tudo; é uma solução hidroviária para o Amazonas. A rodovia, no meu Estado, vem em plano secundário. E se ouvirmos os técnicos mais bem orientados do mundo, eles serão favoráveis a isso. Admito até que a Cuiabá—Santarém, em virtude de ser no sentido longitudinal, sobrepondo-se a um espião, seja viável, seja razoável, no entanto, considero que há outras prioridades rodoviárias, como acontece com a Cuiabá—Porto Velho—Rio Branco—Acre. Essa estrada precisa ser asfaltada de imediato. Agora mesmo, os Governadores do Acre e de Rondônia estão apelando, veementemente, para que se tome uma providência a fim de evitar o tráfego de carretas pesadas, porque vão inutilizar a estrada com os atoleiros; e também, no sentido de que não fique completamente interrompido o trânsito, pedem que as carretas não transitem pela estrada na época das chuvas. Veja como é angustiante a situação do acreano e do filho de Rondônia, por falta de conclusão dessa estrada, que é de uma prioridade absoluta. Mas, mesmo assim, eu me parabenizo com o discurso de V. Ex.^a E ninguém melhor do que V. Ex.^a e os representantes de Mato Grosso estão autorizados a dizer da necessidade dessa estrada e da sua utilidade. Muito obrigado.

O SR. MENDES CANALE (ARENA — MT) — Agradeço o aparte ao ilustre representante do Amazonas. E sabe bem V. Ex.^a que nós reconhecemos isso e temos, aqui, trocado idéias com V. Ex.^a, a respeito das hidrovias da sua região. Mas, V. Ex.^a vai me permitir que, na nossa região, essa rodovia — posso dizer e assegurar a V. Ex.^a — é da maior importância, como reconheço a importância das hidrovias dentro do seu Estado.

Permito-me, assim, encarecer a esse ilustre representante do Amazonas, que como nós reconhecemos essa importância da hidrovia no seu Estado, saiba, também, S. Ex.^a reconhecer, dentro do Mato Grosso como do Pará, a importância dessa rodovia, que V. Ex.^a critica mas não desmente. Apenas eu gostaria de adicionar que não se trata de uma estrada asfaltada, é uma estrada construída como podemos considerar de primeira classe, toda ela com a sua base e sub-base em condições de suportar, futuramente, o asfalto que poderá vir e que é aspiração nossa para o futuro, mas que atende, no momento.

ao preenchimento necessário desse grande vazio, que aí todos nós reconhecemos, e só através do preenchimento desses vazios nós estaremos construindo, de fato, aquilo que todos desejamos, que é o desenvolvimento com segurança. O método de construção da Cuiabá—Santarém foi mais ou menos parecido com o empregado na Transamazônica. Começou pelos estudos de topografia, depois o desmatamento numa faixa de 70 metros de largura até chegar ao traçado do leito da estrada com largura variável entre sete e dez metros. Depois de aberta, a estrada foi coberta com uma camada de pedregulho (picarra) que permite o tráfego mesmo em épocas de chuva.

Construir estradas não era nenhuma novidade para os homens dos 1.^o e 2.^o Batalhões Rodoviários. Desafio era a selva em nada parecida com o interior de Santa Catarina e Rio Grande do Sul onde até então eles haviam acumulado experiência. As dificuldades ficaram simbolicamente marcadas, numa tarde chuvosa de 3 de setembro de 1970, pelo trator que não funcionou na hora de derrubar a primeira árvore.

Talvez nenhum daqueles homens pensasse em passar tanto tempo na Amazônia; os planos indicavam o ano de 73 para inauguração da estrada — como o próprio Tenente-Coronel Alberto De Léo, Comandante do recém-batizado 8.^o Batalhão de Engenharia e Construção que afirmava convicto: "Em dois verões conseguiremos atingir nossos 850 quilômetros e vamos encontrar o 9.^o BEC em dois anos."

Mas o 8.^o BEC tinha pela frente o trecho mais difícil que penetraria diretamente na selva aproveitando 30 quilômetros, apenas, de uma estrada de terra entre Santarém e Jaboti. O 9.^o BEC, que atacava a rodovia pelo outro extremo, ganharia 163 quilômetros da Cuiabá—Porto Velho e um pequeno trecho da MT-114.

Os dois batalhões começaram o trabalho ao mesmo tempo com efetivos mais ou menos idênticos de homens e máquinas. Mas, as condições de terreno e os métodos de trabalho produziram resultados diferentes vez que as dificuldades encontradas eram enormes.

Entre as obras de arte construídas ao longo da rodovia, destacam-se as pontes de madeira sobre os igarapés Mazz, no km 1.167 com 18 metros; Kazuo (km 1.198); Itamar (km 1.211), com 30 metros; Lauro, com cavaletes assentados em blocos de concreto ciclópicos (km 1.201), com 42 metros, e sobre o Rio Vermelho (km 860), com 16 metros.

A Cuiabá — Santarém começou a ser construída só um pouco depois da Transamazônica em junho de 1971, após uma tentativa mal sucedida feita durante a estação chuvosa de 1970. Os dois batalhões de Engenharia do Exército consumiram na construção 63 meses e, segundo as estatísticas oficiais, 700 milhões de cruzeiros para concluir a estrada. Teoricamente, cada quilômetro da Cuiabá — Santarém custou mais ou menos Cr\$ 330.000,00.

A FAB teve papel preponderante no início das obras pois o abastecimento das frentes de trabalho só podia ser feito por intermédio dos seus aviões, mas essa tarefa foi ficando mais fácil à medida em que eram alcançados os cruzamentos com outras estradas, como a Transamazônica e a BR-80, no Pará.

Do trabalho entrosado entre o Ministério dos Transportes e o Exército Nacional, este através do 8.^o e 9.^o BEC; com o apoio da Força Aérea Brasileira; civis e militares se empenharam, durante seis anos, na luta para vencer a selva bravia, seguindo o planejamento e execução de tão audacioso evento, vimos surgir essa grande via de penetração, de alto

sentido sócio-econômico, por onde circularão riquezas, quer partindo do Centro-Oeste para a Amazônia, quer daquelas que surgirão dos núcleos de civilização já existentes e de outros novos que serão instalados, no preenchimento daquele grande vazio.

Assim, Sr. Presidente, queremos, ao finalizar as nossas palavras, endereçar os nossos aplausos, as nossas congratulações ao eminente Senhor Presidente da República, ao Ministério dos Transportes e ao Ministério do Exército, a esses dois Batalhões de Engenharia, formado de militares, e de civis que construiram esses 1.777 km de rodovia, vencendo a selva e unindo os dois grandes Estados de Mato Grosso e do Pará. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso, para uma breve comunicação.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A bandeira do MDB capixaba se inclina a meio pau, em luto pela morte de um dos mais valorosos e prestigiosos companheiros do sul do meu Estado.

Segunda-feira última, vítima de mal cardíaco, faleceu em Mimoso do Sul, terra onde nasceu, a que prestou relevantes serviços como Prefeito e como político, o Sr. João Guarçoni homem, lavrador e finalmente político que ali dedicou toda uma existência devotada aos seus municípios. Curvo-me, Sr. Presidente, porque homem do interior, sempre que tenho notícia de que valorosos companheiros de meu Partido são brutalmente retirados do nosso convívio, presto, daqui do Senado, a minha homenagem, já que não posso prestá-la à beira de seu túmulo.

João Guarçoni, Sr. Presidente, de uma família das mais tradicionais, que fez o seu prestígio político no antigo PTB, foi Prefeito do Município de Mimoso do Sul, das mais pulsantes comunidades do sul do meu Estado, e ali granjeou prestígio, renome, pela sua visão, pelo seu trato com os homens públicos e seus concidadãos, pela lhaneza do seu trato e pela humildade da sua vida.

Homem que chegou a ter — e teve — a realização de sua vida, mas viveu uma vida de pobre, sem ostentação, sem luxo, mas também sem zumbaias e sem rebaixar-se perante os mais poderosos.

Com Fernando Rezende, Deputado Carlos Alberto Cunha, João Lino da Silveira, os seus irmãos da família Guarçoni, Benedito Teixeira e outros, organizou, em Mimoso do Sul, um grupo que chefiou, ali, através desses 12 últimos anos, o MDB.

O Partido ali tem, há dois mandatos, o Prefeito municipal e se prepara para manter essa conquista, elegendo um dos três candidatos que ali apresentou.

Mas quero, Sr. Presidente, ao render a minha homenagem a João Guarçoni e ao seu grupo familiar, destacar daqui do Senado, da imensidão deste Planalto, uma homenagem significativa a uma personalidade filha do seu sangue, dos seus ossos, dos seus nervos, da sua alma, do seu coração — uma netinha de 12 anos, vocação política como raramente a gente tem encontrado e de quem, também, beijo as mãos nesta homenagem: Tatiana Guarçoni.

De envolta, portanto, com o luto que cobre a terra de Mimoso do Sul, que o recebeu há dois dias, envio, daqui, as minhas condolências profundas, o meu pesar à Municipalidade, na figura do seu Prefeito Fernando Rezende; à Câmara de Vereadores, através dos ilustres homens públicos que ali se representam; à Coope-

rativa de Cafeicultores e de Laticínios daquele município; e, finalmente, à comunidade mimosense, pela perda irreparável de um chefe, de um grande amigo, de um chefe de família exemplar, de um irmão boníssimo e de um amigo a toda prova.

Eis, pois, o pesar que desejo que se inscreva nos Anais do Senado, pelo passamento de João Guarçoni, ex-Prefeito, homem público valoroso, agricultor dos mais destacados da vida mimosense.

Era o que tinha a dizer, neste momento. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Esgotada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Estão presentes 29 Srs. Senadores. Não há, portanto, quorum para votação. Em consequência, as matérias constantes da pauta ficam com sua votação adiada para a próxima sessão.

São as seguintes as matérias que têm sua votação adiada:

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n.º 102, de 1975 — Complementar, do Senhor Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre a obtenção de empréstimo simples pelos Servidores Públicos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, tendo

PARECERES FAVORAVEIS, sob n.os 4 a 6, de 1976, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Serviço Público Civil; e
- de Finanças.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 510, de 1976, do Senhor Senador Mauro Benevides, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do Relatório divulgado pelo Bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hipólito, sobre o atentado de que foi vítima e da nota da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil a respeito do mesmo atentado.

— 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 532, de 1976, do Senhor Senador Accioly Filho, solicitando sejam anexados aos Projetos de Lei do Senado números 88, 179, 253, 259, 264 e 268, de 1975; e 72, 81 e 126, de 1976, que já tramitam em conjunto, os de números 207 e 232, de 1976, dos Senhores Senadores Roberto Saturnino e Fausto Castelo-Branco, que dispõem sobre a legislação do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza.

— 4 —

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 550, de 1976, do Senhor Senador Benjamim Farah, solicitando autorização do Senado para aceitar Missão do Executivo, como integrante da Delegação Brasileira à Assembléa-Geral da Organização das Nações Unidas, tendo

PARECER ORAL, favorável, da Comissão de Relações Exteriores.

— 5 —

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 551, de 1976, do Senhor Senador Fausto Castelo-Branco, solicitando autorização do Senado para aceitar Missão

do Executivo, como integrante da Delegação Brasileira à Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, tendo

PARECER ORAL, favorável, da Comissão de Relações Exteriores.

— 6 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 142, de 1976, do Senhor Senador Nelson Carneiro, que regula a indenização à dependente, e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORAVEL, sob n.º 522, de 1976, da Comissão:

— de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jessé Freire.

O SR. JESSE FREIRE (ARENA — RN) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Conforme tivemos ocasião de dar conhecimento a esta Casa, através de convite que formulamos, a Confederação Nacional do Comércio promoveu no inicio do mês passado um Painel sobre o Desenvolvimento Social do Nordeste, reunindo mais de trezentas pessoas de diferente formação profissional, para ouvir e debater com ilustres especialistas, autoridades federais e governadores da região, os aspectos mais cruciais daquela área.

Escolhemos como temas básicos os setores de saúde e nutrição, educação e treinamento, população e crescimento demográfico, habitação e saneamento, por serem os que mais de perto interessam à qualidade de vida da região que, infelizmente, constitui um dos maiores bolsões de pobreza de todo o mundo. Entendemos que serão insuficientes os esforços pelo desenvolvimento econômico, se não se traduzirem em melhoria do padrão de vida. Por isso, fizemos girar o Painel em torno do Homem. O Homem, de quem devem partir os anseios, as aspirações, a determinação de ultrapassar os estágios atuais de desenvolvimento sócio-econômico; o Homem, capital insubstituível em sua individualidade, capital precioso, dotado do poder de transformar os investimentos nele feitos em contribuições fecundas à riqueza do País; o Homem, em resumo, origem, meio e fim do Desenvolvimento Nacional.

Convidamos, para abordar os assuntos, muitos dos que, por sua vivência dos problemas regionais em setores especializados, poderiam trazer contribuição valiosa para mostrar o que tem sido feito em benefício daquela região, ou o muito que ainda resta fazer para romper as barreiras do subdesenvolvimento; para demonstrar esperanças futuras, com base nos problemas já resolvidos; ou renovar preocupações face a penúrias e fragilidades que confrangem almas e corações de todos os brasileiros ansiosos por soluções adequadas. Neste sentido, o sociólogo José Arthur Rios, o professor Nelson Chaves, o economista Rubens Vaz da Costa e o engenheiro Sebastião Camello souberam manter o auditório continuamente interessado. E com ampla liberdade, sempre que pre-

ciso, ventilaram problemas, questionaram políticas, e apontaram soluções.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. JESSE FREIRE (ARENA — RN) — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Nobre Senador Jessé Freire, recebi, da Confederação Nacional do Comércio, convite para participar do Painel em torno do Nordeste brasileiro, realizado por aquela entidade sindical de grau superior que tem exatamente à sua frente a figura de V. Ex.ª Lamentavelmente, não pude participar daqueles debates, mas deles tomei conhecimento não apenas através de ampla divulgação da imprensa brasileira como, também, da publicação deste mês da revista Comércio e Mercados, em que os enfoques centrais da temática ali apreciados vão registrados nessa importante publicação da Confederação Nacional do Comércio. Foi uma iniciativa das mais elogáveis, das mais meritórias e que mostrou, exatamente, a conscientização do empresariado nordestino para o exame detido da situação em que se encontram as unidades federativas encrustadas no Polígono das Secas. O que estranho — e nesse aparte quero destacar a V. Ex.ª — é que, no momento em que os empresários, com a participação de governadores, estudiosos, debatiam a problemática nordestina, o Governo baixava o Decreto-Lei n.º 1.418, modificando os percentuais dos incentivos fiscais destinados ao Nordeste, o que se constituiu num desestímulo aos anseios desenvolvimentistas daquela região. No momento em que me congratulo com V. Ex.ª pela iniciativa da Federação Nacional do Comércio em promover o Painel sobre o Nordeste, quero exatamente, neste aparte, consignar a minha surpresa, a minha estranheza pelo comportamento do Governo, que não foi sensível a essa tomada de posição em defesa da Região Nordestina.

O SR. JESSE FREIRE (ARENA — RN) — Muito obrigado pelo aparte de V. Ex.ª nobre Senador Mauro Benevides.

O panorama geral da situação nordestina foi completado com os pronunciamentos dos Representantes dos Ministérios da Educação e Cultura, Dr. Euro Brandão; da Saúde, Dr. Bertoldo Kruze Grande de Arruda; da Secretaria de Planejamento, Dr. Elcio da Costa Couto; do Ministério do Interior e da SUDENE, Dr. José Lins de Albuquerque; e do Banco do Nordeste, Dr. Joaquim Batista Fernandes.

A compreensão dos problemas não estaria completa se faltasse a participação dos governos das unidades da Federação da área da SUDENE. E assim, também participaram do Painel, oferecendo a experiência técnica e administrativa de seus Estados, os Governadores Roberto Santos, da Bahia, Ivan Bichara Sobreira, da Paraíba; Oswaldo da Costa Nunes Freire, do Maranhão; Divaldo Suruagy, de Alagoas; Vice-Governadores Paulo Gustavo Cunha, de Pernambuco e Genivaldo Barros, do Rio Grande do Norte, e os Secretários Lúcio Gonçalo Alcântara, do Ceará e João Camilo Pena, de Minas Gerais.

Seria difícil destacar, entre os temas debatidos, aquele que maior interesse despertou nos participantes. Os assuntos discutidos, na verdade, não admitiam tratamento estanque, pois todos se interpenetram através do ponto focal comum que os identifica: a indiscutível carência de recursos para que os problemas regionais possam ser, se não solucionados, pelo menos minimizados, reduzindo as atuais distorções entre o Nordeste e o Centro-Sul do País.

José Arthur Rios, na Sessão inaugural, mostrou o contraste observado entre a situação educacional e os avanços da economia nordestina, em termos de crescimento do produto industrial. Enquanto que os indicadores da situação populacional e educacional para o Nordeste revelam, em geral, a defasagem daquela região com relação ao resto do País, os indicadores clássicos de produção demonstram comportamento semelhante ao do restante da economia brasileira. O nível de emprego, segundo dados citados, teria aumentado, no período 1960/1973, a taxas anuais de 4%, no Nordeste, contra 3,5% no País. O conferencista criticou a orientação atual do sistema educacional brasileiro de profissionalização, com vistas ao mercado de trabalho. Segundo ele, este não é o caminho para resolver os problemas mencionados. Criticou ainda o planejamento adotado em muitos países, e que constitui uma "técnica destinada a adaptar a educação às necessidades do mercado de trabalho — embora ninguém saiba exatamente quais sejam, como dimensioná-las, e muito menos prevê-las, pois são realmente imprevisíveis". Vale ressaltar a ênfase dada ao setor privado na promoção do treinamento específico, ao afirmar que "no setor de formação de recursos humanos muito tem a Universidade de aprender com as empresas privadas e seus sistemas de treinamento e reciclagem. Vêm elas, entre outras funções, corrigindo as distorções criadas pelo ensino universitário formal. A experiência da iniciativa privada é importante, porque se dá a uma severa disciplina de custos, imposta pela própria finalidade da empresa. Nos empreendimentos públicos dissimulam-se muitas vezes altos custos sociais".

Pelo próprio tipo de organização dado a esta reunião sobre os problemas nordestinos, isto é, a de Painel, não foram aprovadas conclusões nem recomendações. Os problemas, apresentados e discutidos, constituíram subsídios de alto valor para encaminhamento de soluções, e real conhecimento da situação nordestina.

De inegável importância foram os pronunciamentos dos Governadores da Bahia e de Pernambuco. O primeiro, discordou das observações feitas pelo conferencista acerca da profissionalização do ensino e do planejamento educacional. Apresentou como problema principal educacional brasileiro o da repetência e evasão escolar, a nível de primeiro grau, salientando que esse problema só pode ser corrigido a longo prazo, e com a atuação decisiva dos Municípios. O recém-lançamento do Projeto Pró-Município teria importante papel a desempenhar, pois consiste em fazer chegar às municipalidades a assistência técnica e a suplementação de recursos necessários.

Na realidade, os Municípios devem continuar com a responsabilidade da educação do primeiro grau, mas em geral faltam-lhe recursos para cumprir a missão. Este fato foi muito bem salientado pelo Vice-Governador Paulo Gustavo Cunha, de Pernambuco, ao frisar "a incapacidade dos Municípios de Pernambuco em arcar com a responsabilidade legal do ensino do 1º grau", quer por motivos de ordem técnica, quer por causas materiais, deixando patente uma situação das mais graves. "A totalidade dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios e do ICM, para 39 Municípios pernambucanos", — disse ele — "não conseguiria escolarizar toda a população de 7 a 11 anos; e, na zona rural, 52 outros também não o fariam, mesmo que para isto utilizassem a totalidade dos recursos do 'Fundo de Participação'".

Trata-se de situação por demais dolorosa, ao considerarmos a importância que a educação possui para o desenvolvimento econômico e o quanto contribui para a dignidade do ser humano. Nestas ocasiões aco-dem ao nosso espírito as palavras, de Kuan-Tzu, es-

critas há vinte e seis séculos: "Se teus projetos são para um ano, semeia o grão. Se para dez anos, planta uma árvore. Se para cem anos, instrui o povo. Semeando uma vez o grão, colherás uma vez. Plantando a árvore, colherás dez vezes. Instruindo o povo, colherás cem vezes".

Altamente construtiva foi a participação do Superintendente da SUDENE, Dr. José Lins de Albuquerque, apresentando muitas iniciativas daquele órgão em apoio à educação nordestina. Permitimo-nos, sintetizando, salientar que em benefício do ensino de 1º grau, a SUDENE construiu ou reconstruiu 3.500 salas de aula, 10 centros de treinamento, 9 escolas normais, 13 oficinas de artes industriais, 10 oficinas de artes práticas, 26 centros de supervisão pedagógica e 11 gabinetes médico-dentários. Forneceu ainda equipamentos para 6.000 salas de aula, 1.700 cantinas, 17 centros de treinamento, 21 escolas normais, 5 oficinas de artes industriais, 40 oficinas de artes práticas, 72 centros de supervisão e 30 gabinetes médico-dentários. Foram ainda distribuídos 300 veículos, 138.000 livros, e 66.000 conjuntos de material didático.

Não poderíamos deixar de mencionar, ainda, a participação do próprio Governo Federal, através do Ministério da Educação e Cultura. Seu Secretário-Geral, Dr. Euro Brandão, deu-nos ciência, entre outros aspectos, de que o projeto Pró-Município, está sendo executado prioritariamente no Nordeste, sendo-lhe alocados 40% da verba destinada ao atendimento direto aos Municípios. No meu Estado, o Rio Grande do Norte, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento acaba de concluir o diagnóstico básico para o estudo de pré-investimento no setor educacional. Com apoio da UNESCO, SUDENE, Universidade e órgãos federais de planejamento, será ali realizado o "Curso de Planejamento da Educação para Desenvolvimento Integrado das zonas rurais", do qual espera-se advenham subsídios importantes para solução dos problemas educacionais da área.

Falamos há pouco da interdependência entre os diversos temas propostos para o Painel.

Ela resulta clara quando analisamos a contribuição do Professor Nelson Chaves, uma das maiores expressões intelectuais do Nordeste, conhecido internacionalmente por seus trabalhos no setor da nutrição. Assinalou ele as conclusões de Krueger, de que grande parte da diferença entre a renda per capita dos Estados Unidos e de 16 países em desenvolvimento deve-se ser atribuída à qualidade de mão-de-obra: talvez entre 50 e 70%. Qualidade de mão-de-obra significa em última análise educação, "mas para que haja educação é preciso bom cérebro, o que não é possível sem nutrição adequada". Neste sentido, a carência calórico-protéica, no Nordeste, tem provocado problemas de desnutrição, responsáveis pela inferiorização do Homem.

Esses problemas revestem a forma de envelhecimento precoce, deficiência de peso e de estatura, incidência de cárie dentária, anemias etc. Recente estudo sob a responsabilidade da Universidade de Pernambuco, nos Municípios da Zona da Mata, constatou aquele quadro endêmico, revelando a maior parte da população local "tendência à deficiência intelectual, reduzida capacidade de trabalho, baixa média de vida e condenada à semi-invalidade e morte precoce". Não se pode mais desconhecer as estreitas vinculações existentes entre os problemas da nutrição e do desenvolvimento sócio-econômico. Constituem autêntico círculo vicioso, pois sem desenvolvimento econômico torna-se impossível a melhoria natural dos padrões de vida. Sem nutrição adequada — como bem acen-tuou o conferencista — temos um bloqueio ao desen-

volvimento. A "doença por desnutrição endêmica, reduz a capacidade física, a força de trabalho, a oportunidade de empregos e aumenta as despesas dos serviços públicos no tratamento da saúde, assistência a semi-inválidos e a excepcionais, tornando-se responsável pela aposentadoria precoce. População desnutrida, doente, de baixo nível educacional, em vez de ser produtiva e contribuir positivamente para o desenvolvimento, torna-se pesado ônus".

É esta, exatamente, a situação que se encontra em grande parte do Nordeste, enfrentando em muitas áreas a decadência econômica, agravada pela ação predatória do Homem, modificando o equilíbrio ecológico. Disso dá exemplo o rio São Francisco, que, em 1971, baixou 17 metros de seu nível, perdeu em alguns pontos a continuidade, e viu sua navegação freqüentemente interrompida.

É preciso salientar, no entanto, que o Governo Federal não está desatento às necessidades do Nordeste no setor da Nutrição. Disso dá prova o recente lançamento do II Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, procurando identificar pontos vulneráveis e áreas prioritárias para atuação, onde a aplicação de medidas preventivas poderá trazer resultados benéficos. O Nordeste encontra-se justamente entre as áreas prioritárias, onde, segundo declarou o Presidente do INAN, Dr. Bertoldo Kruze de Arruda, foram escolhidos certos grupos populacionais para atendimento imediato, considerando-se a vulnerabilidade biológica (nutrizes, gestantes e pré-escolares) e a vulnerabilidade social (escolares e trabalhadores de baixa renda). Este Programa, que requer o trabalho integrado dos Ministérios da Educação, do Trabalho, da Saúde e da Previdência Social, prevê investimentos da ordem de 24,5 bilhões de cruzeiros no quadriênio 76/79.

Voz da mais alta significação, pela mensagem de otimismo que trouxe foi a do Governador da Paraíba, Ivan Bichara Sobreira. Demonstrou que, a despeito de todos os problemas e sofrimentos encontrados no Nordeste, "existe nova mentalidade no País, ao considerar o Nordeste região viável". Ele não é apenas terra de secas, de problemas insolúveis e de economia ciclicamente desarticulada pelas estiagens periódicas, mas região que pode crescer, progredir, desenvolver-se com o trabalho e os recursos de todos os brasileiros, em constante comunhão de interesse em benefício da integração nacional. E que progredirá, sem dúvida, com nova mentalidade a presidir os Governos locais. "O importante", salientou o Governador, "é iniciar, é começar, não pensar em obra de fachada. Deve-se principiar trabalhando com serenidade, sem pensar na notícia do jornal, nem em retrato nas revistas, mas que se está trabalhando com seriedade por uma terra que está a exigir de nós, seus filhos, trabalho sério, efetivo, em benefício das populações sofredoras".

Igualmente de ressaltar foi a intervenção do Vice-Governador do Rio Grande do Norte, Dr. Genivaldo de Barros, enfatizando a necessidade de perfeito entrosamento entre Governo e empresariado para a tarefa do soerguimento econômico-social, e afirmando que o problema nutricional do Nordeste, conquanto grave, encontra agora adversário muito poderoso no II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, concebido em termos capazes de atender às necessidades da população local. Advertiu, contudo, que o Programa prevê a ação integrada de 25 a 30 instituições, órgãos administrativos pertencentes a pelo menos 7 Ministérios. Será tarefa hercúlea, pois nem todas estas instituições poderiam estar sensibilizadas para a gravidade do problema do Nordeste.

Chegamos, enfim, a um dos aspectos da problemática do desenvolvimento econômico, que, apesar de interessar a todo o País, apresenta-se com maior relevância para o Nordeste, onde existe uma população de mais de trinta milhões de pessoas vivendo em grande parte em ambiente hostil à vida humana em condições de carência de toda a espécie. Referimo-nos aos aspectos demográficos da região, onde a taxa de aumento populacional é muito alta em relação aos recursos, concorrendo para elevação de disparidades em termos absolutos e determinando níveis inaceitáveis de qualidade de vida.

Nestas condições, para evitar o agravamento da situação do Brasil — e do Nordeste em particular — seria imperiosa, na opinião do Dr. Rubens Vaz da Costa, a adoção de política populacional definida, que reduza a natalidade através da atuação oficial em termos de planejamento familiar, apoiada com recursos públicos. Lembrou ainda que, atualmente, o planejamento familiar é praticado apenas pelas classes média e rica, únicas a dispor de informações e meios para decidir sobre o número de filhos de cada casal. A classe pobre, continua entregue ao determinismo histórico resumida na expressão — ter os filhos que Deus mandar — criando-se situação até agora insolúvel. Diante da progressão do contingente demográfico, seria bom, a seu ver, que o crescimento se limitasse a um milhão de pessoas por ano. Esta posição contrapõe-se à do Governo Federal, transmitida no pronunciamento do Secretário-Geral da Secretaria do Planejamento, Dr. Elcio da Costa Couto. Segundo o pensamento oficial, o Brasil é país subpovoado, com amplas faixas para ocupação territorial, não implicando o crescimento populacional maior pressão demográfica sobre o mundo. Por isso, devemos manter posição soberana quanto à política a seguir acompanhando de maneira permanente a taxa de crescimento demográfico, para que pelo menos fique abaixo da taxa de emprego. Isso, sem que seja afetada a liberdade individual no que concerne ao planejamento familiar. Neste particular, coincidem as duas opiniões, pois dentro da filosofia do Governo caberia a este fornecer aos indivíduos as informações científicas que os habilitem a decidir sobre a composição de seu núcleo familiar.

Talvez tenha sido este o tema sobre o qual maiores divergências surgiram, ressaltando a importância que assume no contexto de uma política de desenvolvimento. Houve, contudo, consenso no sentido de que se torna imperiosa a necessidade de maior massa de informações às populações nordestinas, especialmente as de menor poder aquisitivo, em termos de planejamento familiar.

Estas divergências de enfoques, seguidas de convergências de recomendações, ressaltam nas intervenções dos Secretários de Saúde do Ceará e do Secretário da Fazenda, de Minas Gerais, Drs. Lúcio de Alcântara e João Camilo Pena, respectivamente.

Segundo o primeiro, a redução ou limitação do controle populacional dos países pobres não leva forçosamente a uma economia onde a redução populacional conduza a mais equitativa distribuição de renda e melhoria de qualidade de vida. Concorda, entretanto, em que se deve propiciar maiores informações em termos de paternidade consciente ou planejamento familiar, sem que se abandone a meta principal, que é o desenvolvimento econômico e a melhor distribuição da renda nacional. Estes precederiam à baixa da natalidade, que passaria a ser consequência natural desse desenvolvimento e dessa melhoria.

A tese da paternidade responsável foi defendida pelo representante de Minas Gerais, propugnando sua consecução através de ação conjunta do Governo e da

família. Estas providências, contudo, não implicam em que outras facetas do problema devam ser abandonadas, como por exemplo, a necessidade urgente de uma política que permita o conhecimento em profundidade dos recursos naturais brasileiros.

Finalmente, foi abordado o tema de Saneamento e Habitação pelo engenheiro Sebastião Campello. Sem contrapor-se à validade e importância dos programas de habitação e saneamento do Governo Federal para o Nordeste, o orador defendeu o ponto de vista de que, dentro do universo brasileiro, as parcelas de investimentos alocadas naquela região, eram insignificantes quando comparadas com a extensão e gravidade dos problemas nordestinos. Depois de examinar os números que revelam as deficiências do Nordeste naqueles setores, sugeriu o conferencista que poderia ser utilizada com sucesso a mão-de-obra disponível para o trabalho voluntário de construções habitacionais. Em outras palavras o mutirão, a ação coletiva em torno de objetivo comum, poderia minimizar enormemente o custo não só da casa, mas também da infra-estrutura de água e esgotos. Durante a fase de discussão, foram exibidos dados estatísticos comparativos dos investimentos em alguns projetos de outras regiões do País, revelando hiato entre o que é efetivamente investido no Nordeste e o que se aplica em outras áreas.

As discussões foram altamente valorizadas pelas exposições do Dr. José Lins de Albuquerque, não só em sua qualidade de representante do Ministro do Interior, como também de Superintendente da SUDENE; e do Dr. Joaquim Batista Fernandes, Diretor do Banco do Nordeste do Brasil. Ambos tiveram oportunidade de apresentar números que salientam a presença do Governo Federal na região nordestina, através dos programas do Banco Nacional da Habitação, e do Banco do Nordeste do Brasil, inclusive do PLANASA, além dos gastos e investimentos previstos no Orçamento da República ou decorrentes dos incentivos fiscais.

Houve, é bem verdade, choques de opiniões quanto à validade e dimensão da política de investimentos federais no Nordeste, quando comparadas com os programas realizados em outras regiões mais desenvolvidas. Tais divergências revelam, sobretudo, não diferenças fundamentais de filosofia, mas apenas o desejo de antecipar na medida das possibilidades da economia brasileira o momento em que se reduzirão substancialmente as divergências de padrão de vida entre as populações das várias áreas nacionais.

Para tanto, é da maior importância a atuação dos Governo Estaduais, cada vez mais conscientes de que os problemas nordestinos não são insolúveis e que devem agir como agentes centralizadores de vontades e recursos, como o demonstraram os Governadores Divaldo Suruagy e Oswaldo Nunes Freire, ao relatar suas atividades no setor de habitação e saneamento.

No Maranhão, por exemplo, no próximo ano 100% dos municípios estarão cobertos com sistemas de água potável, o que, conforme acentuou o Professor Campello, é uma das condições básicas para a redução do índice de doenças infantis, que ceifam a vida de milhares de crianças no Nordeste.

Em Alagoas, a ação do Governo Estadual inovou ao apoiar-se no tripé, constituído pelo Poder Público, Universidade e Classes Produtoras, cujos representantes ocupam postos nos colegiados deliberativos de vários organismos estaduais.

Permitimo-nos apresentar a Vossa Excelência e ao Senado, Senhor Presidente, esta síntese do que foi o Painel sobre o Desenvolvimento Social do Nordeste

para registrar que a Confederação Nacional do Comércio, ao tomar a iniciativa de realizar empreendimento dessa natureza procurou aliar o social ao econômico e, principalmente, destacar com prioridade absoluta a necessidade da valorização dos recursos humanos, visando o Homem como meta mais importante.

Poderia parecer estranho, à primeira vista, que uma entidade sindical de cúpula, como a CNC, pudesse preocupar-se com problemas desse tipo, aparentemente alheios ao desempenho de suas funções de representante dos interesses da classe que congrega.

É que nem só dos assuntos específicos do Comércio cuida a Confederação. Integrada na comunidade a que serve em todo o País, nenhum aspecto da vida nacional lhe é estranho. Pelos meios ao seu alcance, busca permanentemente trazer ao estudo dos problemas econômicos e sociais de nossa terra a contribuição dos seus homens práticos, na busca das melhores soluções para resolvê-lo.

Entende o setor empresarial do comércio que os desniveis regionais não constituem matéria a ser deixada exclusivamente à responsabilidade do Governo. Ela interessa a todas as classes, como determinante de novos padrões de comportamento coletivo à base da humanização das atividades produtivas, estruturada em maior participação comunitária.

O conteúdo das exposições e debates, após estudo e consolidação da equipe técnica da Confederação Nacional do Comércio será submetido à alta consideração do Presidente Ernesto Geisel, como contribuição, que reputamos de grande valia, para o equacionamento e solução dos problemas nordestinos.

O êxito do encontro veio sublinhar a necessidade de se amiudarem reuniões dessa natureza. Através da franca troca de idéias, densas de conteúdo social, elas poderão permitir, como a que realizamos, o surgimento de diretrizes que concorram para consolidar a tarefa de integração nacional que a Independência nos legou, e que deve constituir objetivo de todos os brasileiros.

Sentimo-nos, como homem de classe, homem de empresa e homem do Nordeste, felizes por haver contribuído com pequena parcela para essa grande obra, com o evento em tão boa hora promovido no Rio de Janeiro.

Agradecemos a V. Ex.^a, Sr. Presidente, e ao Senado, a benevolência da atenção dispensada a estas palavras. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

As 18:30 de hoje, deverá o Congresso Nacional apreciar o Decreto-lei n.º 1.478, de 26 de agosto de 1976, que "altera dispositivos do Decreto-lei n.º 1.376, de 12 de dezembro de 1974, relativos aos Fundos de Investimentos do Nordeste, da Amazônia e Setoriais."

Tive oportunidade, em dois pronunciamentos anteriores, de externar o meu profundo desapontamento diante da iniciativa governamental, que vem sendo merecidamente qualificada como atentatória aos anseios desenvolvimentistas do Nordeste.

Estranhei, inclusive, que o Poder Executivo houvesse preferido legislar através de decreto-lei, quando o Congresso se encontrava em plena fase ordinária de trabalhos, capaz de discutir e votar qualquer proposta, emendando-a naquilo que necessitasse de nova

formulação, se assim o entendessem Senadores e Deputados.

Em toda a Região Nordestina repercutiu negativamente o Decreto-lei n.º 1.478, por consubstancial a apreciável redução nos percentuais dos incentivos fiscais, antes estabelecidos, com o fim de beneficiar os programas de florestamento e reflorestamento.

Assiste-se, portanto, a mais uma investida contra os interesses nordestinos, da mesma forma como já se verificara em anos pretéritos, quando os incentivos foram partilhados com os planos de pesca, turismo e florestamento.

Ressalte-se que o Decreto-lei n.º 1.478 passa a viger numa hora em que a economia regional atravessa fase das mais difíceis, em razão, sobretudo, da estiagem que assola aproximadamente 900 Municípios encravados no Polígono das Secas.

Na mensagem que enviou ao Congresso o Senhor Presidente da República, encaminhando o texto do mencionado Decreto-lei acha-se destacado enfaticamente:

"Dito percentual, inicialmente fixado em limite idêntico ao previsto para projetos regionais — 50% — veio a ser objeto de redução progressiva, prevendo, a legislação atual, uma evolução até 25%, a partir de 1978."

"Embora permaneça válida a razão básica da redução — diferenciação em favor das regiões de menor desenvolvimento — constatou-se terem sido excessivas as taxas respectivas, face, especialmente, às necessidades de recursos previstas para a programação prioritária que visa à auto-suficiência de insumos industriais básicos, na parte relativa à produção de papel e celulose."

Nos termos do Decreto-lei n.º 1.376, que agora se modifica, foram fixados os percentuais de aplicação para florestamento e reflorestamento, da forma seguinte:

"Art. 11. A partir do exercício financeiro de 1975, inclusive, a pessoa jurídica, mediante indicação em sua declaração de rendimentos, poderá optar pela aplicação, com base no parágrafo único do art. 1.º, das seguintes parcelas do imposto de renda devido:

IV — Até os percentuais abaixo enumerados, no Fundo de Investimento Setorial — Florestamento e Reflorestamento, aprovados pelo IBDF:

| | |
|----------------------------------|-----|
| Ano-base de 1974 | 45% |
| Ano-base de 1975 | 40% |
| Ano-base de 1976 | 35% |
| Ano-base de 1977 | 30% |
| Ano-base de 1978 e seguintes ... | 25% |

No Decreto-lei n.º 1.478, submetido agora ao exame do Congresso Nacional, o item IV passou a ter a seguinte redação:

"IV — Até os percentuais abaixo enumerados, no Fundo de Investimentos Setoriais — Florestamento e Reflorestamento, com vistas aos projetos de florestamento e reflorestamento aprovados pelo IBDF:

| | |
|----------------------------------|-----|
| Ano-base de 1974 | 45% |
| Ano-base de 1975 | 40% |
| Ano-base de 1976 e seguintes ... | 35% |

Em todos os Estados nordestinos, registra-se justificado inconformismo diante da providência do Governo Federal, alcançando todas as correntes de opinião.

Os Senadores e Deputados, de ambas as Bancadas, mostram-se surpresos e indignados com a Mensagem n.º 238 e, ao conhecer o respectivo decreto que a acompanha, dispuseram-se a combatê-lo, com a maior veemência, no melhor estilo parlamentar.

A singularidade regimental que cerca a tramitação de um decreto-lei impede que se lhe altere qualquer artigo.

Em face disso, a reação natural seria tentar-se a sua rejeição pura e simples, como modalidade de mostrar aos responsáveis pela iniciativa o protesto veemente da representação nordestina nas duas Casas do nosso Parlamento.

A ausência, porém, da maioria dos Deputados e Senadores, entregues aos trabalhos da presente campanha eleitoral, invalida qualquer tentativa nesse sentido.

Aliás, o Centro de Estudos do Nordeste, por seu secretário-geral, Professor Barreto Campelo, dirigiu condenação aos representantes da região, estimulando-os a uma enérgica tomada de atitude contra a proposição presidencial.

Do meu Estado, por exemplo, recebi apelo de líderes empresariais para que me integrasse na luta contra o acolhimento da inoportuna matéria, preservando, desta forma, uma conquista já assegurada pelo Decreto-lei n.º 1.376.

Vale salientar, neste ensejo, que as classes produtoras do Nordeste, congraçadas em suas Associações Comerciais, estiveram recentemente reunidas em memorável conclave, na cidade de Salvador, quando aprovaram um importante Documento sobre a realidade vivida pelas Unidades Federativas situadas no âmbito do Polígono das Secas.

No capítulo específico dos incentivos, afirmam os empresários:

"A primeira consequência da dispersão dos incentivos fiscais foi a queda do número de projetos industriais aprovados pela SUDENE — e não pelo decréscimo ou esgotamento das oportunidades e sim pela escassez de recursos captáveis em condições favorecidas. De fato, o número de projetos industriais aprovados pela Superintendência, que vinha aumentando regularmente desde 1962, até alcançar o máximo de 160, em 1967, e ainda 146, no ano seguinte, passou a cair rapidamente chegando a apenas 29, em 1975. Do mesmo modo, a participação de recursos do 34/18, e depois FINOR, nos investimentos previstos nesses projetos, desceu de 44,8% em 1967 e 53,6%, ainda em 1968, para 22,5% em 1974, melhorando um pouco essa participação, em 1975, quando atingiu 35,9%."

Vê-se, assim, que há um consenso regional para a defesa dos interesses daquela área do território brasileiro.

Não se deve, em face disso, compactuar com qualquer decisão governamental que se não ajuste às aspirações de desenvolvimento do Nordeste.

O Decreto-lei n.º 1.478 retornará ao Executivo sem a acolhida do Congresso, beneficiado pela melancólica aprovação por recurso de prazo. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n.º 102, de 1975 — Complementar, do Sr. Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre a obtenção de empréstimos simples pelos servidores públicos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob n.os 4 a 6, de 1976, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Serviço Público Civil; e
- de Finanças.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 510, de 1976, do Sr. Senador Mauro Benevides, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do Relatório divulgado pelo Bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hipólito, sobre o atentado de que foi vítima e da nota da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil a respeito do mesmo atentado.

— 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 532, de 1976, do Sr. Senador Accioly Filho, solicitando sejam anexados aos Projetos de Lei do Senado n.os 88, 179, 253, 259, 264 e 268, de 1975, e 72, 81 e 126, de 1976, que já tramitam em conjunto, os de n.os 207 e 232, de 1976, dos Srs. Senadores Roberto Saturnino e Fausto Castelo-Branco, que dispõem sobre a legislação do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza.

— 4 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 142, de 1976, do Sr. Senador Nelson Carneiro, que regula a indenização à dependente, e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 522, de 1976, da Comissão:

- de Constituição e Justiça.

— 5 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 185, de 1975, do Sr. Senador José Sarney, que altera a redação dos arts. 11 e 143 e revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, tendo

PARECERES, sob n.os 501, 502 e 503, de 1976, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável; e
- de Finanças, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 55 minutos.)

ATO DO PRESIDENTE N.º 15, de 1976

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Ato n.º 2, de 4 de abril de 1973, resolve autorizar a rescisão do contrato de trabalho da servidora Ildiné Maria dos Santos, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Classe "B", Referência 28, do Quadro de Pessoal CLT do Senado Federal, a partir desta data.

Senado Federal, 15 de outubro de 1975. — Senador José de Magalhães Pinto, Presidente.

MESA

Presidente:
Magalhães Pinto (ARENA—MG)

3º-Secretário:
Tourival Baptista (ARENA—SE)

1º-Vice-Presidente:
Wilson Gonçalves (ARENA—CE)

4º-Secretário:
Lenoir Vargas (ARENA—SC)

2º-Vice-Presidente:
Benjamim Farah (MDB—RJ)

Suplentes de Secretários:

1º-Secretário:
Dinarte Mariz (ARENA—RN)

Ruy Carneiro (MDB—PB)
Renato Franco (ARENA—PA)
Alexandre Costa (ARENA—MA)
Mendes Canale (ARENA—MT)

2º-Secretário:
Marcos Freire (MDB—PE)

LIDERANÇA DA ARENA
E DA MAIORIA

Líder
Petrônio Portella
Vice-Líderes
Eurico Rezende
Jarbas Passarinho
José Lindoso
Mattoz Leão
Paulo Guerra
Ruy Santos
Saldanha Derzi
Virgílio Távora

LIDERANÇA DO MDB
E DA MINORIA

Líder
Franco Montoro
Vice-Líderes
Mauro Benevides
Roberto Saturnino
Itamar Franco
Evandro Correia

COMISSÕES

Diretor: José Soares de Oliveira Filho

Local: Anexo II — Térreo

Telefones: 23-6244 e 25-8505 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Local: Anexo II — Térreo

Telefone: 25-8505 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA—(CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Orestes Quêrcia

Vice-Presidente: Benedito Ferreira

Titulares

ARENA

1. Vasconcelos Torres
2. Paulo Guerra
3. Benedito Ferreira
4. Itálio Coelho
5. Mendes Canale

MDB

1. Agenor Maria
2. Orestes Quêrcia

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 706

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS—(CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Catete Pinheiro
Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares

Suplentes

1. Catete Pinheiro
2. José Guimard
3. Teotônio Vilela
4. Renato Franco
5. José Esteves

MDB

1. Agenor Maria
2. Evandro Correia

1. Saldanha Derzi
2. José Sarney
3. Benedito Ferreira

1. Evelásio Vieira
2. Gilvan Rocha

Assistente: Léda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA—(CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Accioly Filho
1º-Vice-Presidente: Gustavo Capanema
2º-Vice-Presidente: Paulo Brossard

Titulares

Suplentes

1. Accioly Filho
2. José Sarney
3. José Lindoso
4. Helvídio Nunes
5. Itálio Coelho
6. Eurico Rezende
7. Gustavo Capanema
8. Heitor Dias
9. Henrique de la Rocque

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Leite Chaves
3. Nelson Carneiro
4. Paulo Brossard

1. Mattoz Leão
2. Otto Lehmann
3. Petrônio Portella
4. Renato Franco
5. Osires Teixeira

1. Franco Montoro
2. Mauro Benevides

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL—(CLS)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nelson Carneiro
 Vice-Presidente: Jessé Freire

Titulares

ARENA

1. Mendes Canale
2. Domicio Gondim
3. Jarbas Passarinho
4. Henrique de La Rocque
5. Jessé Freire

MDB

1. Franco Montoro
2. Nelson Carneiro

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA—(CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon
 Vice-Presidente: Domicio Gondim

Titulares

ARENA

1. Milton Cabral
2. Arnon de Mello
3. Luiz Cavalcante
4. Domicio Gondim
5. João Calmon

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Itamar Franco

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615

COMISSÃO DE REDAÇÃO—(CR)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Danton Jobim
 Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares

ARENA

1. José Lindoso
2. Renato Franco
3. Otto Lehmann

MDB

1. Danton Jobim
2. Orestes Quérnia

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES—(CRE)

(115 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
 1º Vice-Presidente: Luiz Viana
 2º Vice-Presidente: Virgílio Távora

Titulares

ARENA

1. Daniel Krieger
2. Luiz Viana
3. Virgílio Távora
4. Jessé Freire
5. Arnon de Mello
6. Petrônio Portella
7. Saldanha Derzi
8. José Sarney
9. João Calmon
10. Augusto Franco

MDB

1. Danton Jobim
2. Gilvan Rocha
3. Itamar Franco
4. Leite Chaves
5. Mauro Benevides

Assistente: Cândido Hiperti — Ramal 676

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SAÚDE—(CS)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fausto Castelo-Branco
 Vice-Presidente: Gilvan Rocha

Titulares

ARENA

1. Fausto Castelo-Branco
2. Cattete Pinheiro
3. Ruy Santos
4. Otair Becker
5. Altevir Leal

MDB

1. Adalberto Senna
2. Gilvan Rocha

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL—(CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Heitor Dias

Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares**Suplentes**

ARENA

1. Hevídio Nunes
2. Eurico Rezende
3. Renata Franco
4. Osires Teixeira
5. Saldanha Derzi
6. Heitor Dias
7. Henrique de La Rocque
8. Otair Becker

MDB

1. Adalberto Sena
2. Lázaro Barboza
3. Ruy Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE ECONOMIA—(CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral

Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares**Suplentes**

ARENA

1. Milton Cabral
2. Vasconcelos Torres
3. Jessé Freire
4. Luiz Cavalcante
5. Arnon de Mello
6. Jarbas Passarinho
7. Paulo Guerra
8. Renato Franco

MDB

1. Franco Montoro
2. Orestes Quêrcia
3. Roberto Saturnino

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA—(CEC)

(9 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Tasso Dutra

Vice-Presidente: Henrique de La Rocque

Titulares**Suplentes**

ARENA

1. Tasso Dutra
2. Gustavo Capanema
3. João Calmon
4. Henrique de La Rocque
5. Mendes Canale
6. Otto Lehmann

MDB

1. Evelásio Vieira
2. Paulo Brossard
3. Adalberto Sena

1. Franco Montoro

2. Itamar Franco

Assistente: Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE FINANÇAS—(CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

Titulares**Suplentes**

ARENA

1. Saldanha Derzi
2. Benedito Ferreira
3. Alexandre Costa
4. Fausto Castelo-Branco
5. Jessé Freire
6. Virgílio Távora
7. Maltos Leão
8. Tasso Dutra
9. Henrique de La Rocque
10. Hevídio Nunes
11. Teotônio Vilela
12. Ruy Santos

MDB

1. Amaral Peixoto
2. Leite Chaves
3. Mauro Benevides
4. Roberto Saturnino
5. Ruy Carneiro

1. Danton Jobim

2. Dirceu Cardoso

3. Evelásio Vieira

Assistente: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 303

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL (CSN)
 (7 Membros)

COMPOSIÇÃO

 Presidente: José Guiomard
 Vice-Presidente: Vasconcelos Torres
Titulares

1. Luiz Cavalcante
-
2. José Lindoso
-
3. Virgílio Távora
-
4. José Guiomard
-
5. Vanconcelos Torres

ARENA

Suplentes

1. Jarbas Passarinho
-
2. Henrique de La Rocque
-
3. Alexandre Costa

1. Amaral Peixoto
-
2. Adalberto Sena

MDB

1. Agenor Maria
-
2. Orestes Quérzia

Assistente: Léda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:30 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL (CSPC)
 (7 Membros)

COMPOSIÇÃO

 Presidente: Lázaro Barboza
 Vice-Presidente: Otto Lehmann
Titulares

1. Augusto Franco
-
2. Otto Lehmann
-
3. Heitor Dias
-
4. Accioly Filho
-
5. Luiz Viana

ARENA

Suplentes

1. Mattoz Leão
-
2. Gustavo Capanema
-
3. Alexandre Costa

1. Itamar Franco
-
2. Lázaro Barboza

MDB

1. Danton Jobim
-
2. Mauro Benevides

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS (CT)
 (7 Membros)

COMPOSIÇÃO

 Presidente: Alexandre Costa
 Vice-Presidente: Lutz Cavalcante
Titulares

1. Alexandre Costa
-
2. Luiz Cavalcante
-
3. Benedito Ferreira
-
4. José Esteves
-
5. Paulo Guerra

ARENA

Suplentes

1. Otto Lehmann
-
2. Mendes Canale
-
3. Teotônio Vilela

1. Evandro Carreira
-
2. Evelásio Vieira

MDB

1. Lázaro Barboza
-
2. Roberto Saturnino

Assistente: Cláudio Carlos R. Costa — Ramal 301

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramal 621

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Comissões Temporárias

Chefe: Ruth de Souza Castro

Local: Anexo II — Térreo

Telefone: 25-8505 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional
-
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Votos
-
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito, e
-
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regime Comum).

 Assistente de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 616
 Alfeu de Oliveira — Ramal 674; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 615
 Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.

SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

**HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL
PARA O ANO DE 1976**

| HORAS | TERÇA | SALAS | ASSISTENTE |
|-------|--------|-----------------------------------|-----------------|
| 10:00 | C.A.R. | EPITÁCIO PESSOA Ramal — 615 | LEDA |
| 10:00 | C.C.I. | CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 623 | MARIA HELENA |
| | C.E. | EPITÁCIO PESSOA Ramal — 615 | DANIEL |
| 10:30 | C.R.E. | RUY BARBOSA Ramais — 621 e 716 | CÁNDIDO |
| | C.A. | EPITÁCIO PESSOA Ramal — 615 | MARCUS VINICIUS |
| 11:00 | C.R. | CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 623 | MARIA CARMEM |
| 11:30 | C.S.N. | CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 623 | LEDA |

| HORAS | QUINTA | SALAS | ASSISTENTE |
|-------|----------|-----------------------------------|-----------------|
| 09:00 | C.D.F. | RUY BARBOSA Ramais — 621 e 716 | RONALDO |
| | C.E.C. | CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 623 | CLEIDE |
| 10:00 | C.S.P.C. | EPITÁCIO PESSOA Ramal — 615 | SÔNIA |
| | C.F. | RUY BARBOSA Ramais — 621 e 716 | MARCUS VINICIUS |
| 10:30 | C.M.E. | EPITÁCIO PESSOA Ramal — 615 | RONALDO |
| | C.L.S. | CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 623 | DANIEL |
| 11:00 | C.S. | EPITÁCIO PESSOA Ramal — 615 | LEDA |
| | C.T. | RUY BARBOSA Ramais — 621 e 716 | CLÁUDIO COSTA |

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

QUADRO COMPARATIVO

**2º Edição Revista e Atualizada — 1975
VOLUME COM 288 PÁGINAS — Preço: Cr\$ 30,00**

CONTÉM, COMPARADAS EM TODOS OS ARTIGOS:

Emendas Constitucionais nº 1, de 17 de outubro de 1969, nº 2, de 9 de maio de 1972, nº 3, de 15 de junho de 1972, nº 4, de 23 de abril de 1975, e nº 5, de 28 de junho de 1975.

Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).

Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

**Trabalho organizado e revisado pela Subsecretaria de Edições Técnicas
e impresso pelo Centro Gráfico do Senado Federal**

À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar

**Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.**

SEGURANÇA NACIONAL

I — Legislação Constitucional

II — Quadro Comparativo: Decreto-Lei nº 898/69

Decreto-Lei nº 510/69

Decreto-Lei nº 314/67

Lei nº 1.802/53

III — Notas

IV — Jurisprudência

“Revista de Informação Legislativa” nº 39
421 páginas

PREÇO: Cr\$ 25,00

À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF.
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

QUADRO COMPARATIVO ANOTADO

O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI N° 5.869/73, COM AS ALTERAÇÕES DA LEI N° 5.925/73) COMPARADO AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANTERIOR (DECRETO-LEI N° 1.608/39 COM REDAÇÃO ATUALIZADA).

2 VOLUMES

1º VOLUME:

QUADRO COMPARATIVO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COM DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR;

2º VOLUME:

NOTAS (de nºs 1 a 835) CONTENDO:

- **LEGISLAÇÃO CORRELATA;**
- **JURISPRUDÊNCIA;**
- **DOUTRINA;**
- **EMENDAS APROVADAS PELO CONGRESSO NACIONAL;**
- **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E PALESTRA DO PROF. ALFREDO BUZAI;**
- **LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA; E**
- **REMISSÕES.**

NOTAS (de nºs 1-A a 95-A) documentam a redação original de dispositivos do Código, Lei nº 5.869/73, alterado pela Lei nº 5.925/73.

PREÇO: Cr\$ 70,00

À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.

CÓDIGO PENAL MILITAR

Quadro Comparativo

- Decreto-Lei nº 1.001/69
- Decreto-Lei nº 6.227/44

Contendo ainda textos do Anteprojeto (Ivo D'Aquino), Exposição de Motivos (Min. Gama e Silva), Código de Processo Penal Militar, Lei de Organização Judiciária Militar e ementário de legislação sobre Justiça Militar e Segurança Nacional.

"Revista de Informação Legislativa" nº 26
439 páginas

Preço: Cr\$ 20,00

Os pedidos de publicação

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

REGISTROS PÚBLICOS

nova lei anotada

- Redação atualizada da Lei nº 6.015/73, com as alterações das Leis nºs 6.140/74 e 6.216/75, contendo notas explicativas e remissivas;
- Redação vigente do Decreto nº 4.857, de 9-11-1939, seguida de notas explicativas do seu texto, com apresentação das redações anteriores.

"Revista de Informação Legislativa" nº 46 — 328 páginas

Preço: Cr\$ 30,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal

TRÂNSITO

Legislação atualizada.

Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento — atualizados

Legislação especial e correlata.

Ilícitos penais do Trânsito.

Resoluções do CONTRAN.

Notas — Comparações — Remissões

Furto de uso.

"Revista de Informação Legislativa" nº 38

452 páginas

Preço: Cr\$ 25,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF

acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,

ou pelo sistema de Reembolso Postal

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Texto atualizado da CLT, comparado ao texto original de 1943 e a todas as alterações, introduzidas durante mais de 30 anos de vigência.

Notas explicativas.

Legislação correlata.

616 páginas

Edição: agosto de 1974

PREÇO: Cr\$ 35,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília - DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50